

A Entrada em Vigor do Novo Código Civil

Vitor F. Kümpel*

Questão da mais alta relevância é a que diz respeito ao momento exato da entrada em vigor do novo Código Civil brasileiro (Lei 10.406, de 10/01/02), tendo em vista os fenômenos do direito adquirido e do ato jurídico perfeito.

Podemos citar, por exemplo, a hipótese da mulher casada sob o regime legal da comunhão parcial de bens, sem ter filhos, vendo-se diante da morte do marido e da abertura da sucessão, estando presentes apenas os ascendentes do *de cujus*. Nesse exemplo tão comum, cuja ocorrência é corriqueira, caso a morte do marido tenha ocorrido quando ainda vigente o Código Civil de 1916, após efetuada a meação, a sucessão será deferida integralmente aos ascendentes do *de cujus*, isto é, ao pai e à mãe do falecido, conforme determinava o art. 1.606 daquele Código Civil. À mulher restaria apenas pleitear usufruto vidual da metade dos bens do *de cujus* (art. 1.611, § 1º). Caso a morte do titular dos bens, porém, tivesse ocorrido sob a vigência do Código Civil de 2002, essa mesma mulher, nas mesmas condições, passaria a herdar 1/3 de toda a herança do *de cujus*, conforme disciplina o art. 1.837 do novo Código Civil. Além disso, passaria a ter – o cônjuge sobrevivente – o direito real de habitação, sobre o imóvel destinado à residência familiar, conforme reza o art. 1.831 do novo Código Civil. Repare que apenas um pequeno lapso de tempo pode determinar a incidência de um ou de outro sistema sucessório, sendo fundamental, por conseguinte, definirmos o momento exato da entrada em vigor do novo Código Civil brasileiro.

Por mais espantoso que pareça, além de a matéria não ter gerado grandes debates, a mídia, de maneira unânime, entendeu que o novo Código Civil entrou em vigor no primeiro minuto do dia 11 de janeiro deste ano, a saber, um sábado, sem, porém, definir precisamente o motivo da adoção desse prazo. Alguns outros juristas entenderam, sem qualquer fundamentação, que o Código entrou em vigor no dia 10 de janeiro último, na sexta-feira, considerando um ano após a promulgação do novo Estatuto Civil.

A Lei Complementar 95/98 dispõe em seu art. 8º: “a vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula ‘entra em vigor na data de sua publicação’, para as leis de pequena repercussão”.

A Lei Complementar 107/01 acrescentou o § 1º ao art. 8º, estabelecendo: “a contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de

*Professor de Hermenêutica da Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus/FDDJ.

vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral”.

Para fazermos a contagem correta da *vacatio legis* do novo Código Civil, em primeiro lugar, socorremo-nos do art. 1.044, que no seu próprio texto estabelece: “este Código entrará em vigor 1 (um) ano após sua publicação”.

Dois são os problemas complexos que se apresentam: o primeiro é o de sabermos o exato dia da publicação do novo Código Civil, e o segundo é a forma de contagem, adotando-se o critério-base dia, mês ou ano.

O primeiro problema pode ser resolvido por meio do *Diário Oficial da União* de 11/01/02, que publicou a edição extra com o texto do novo Código Civil brasileiro. Muito embora o novo Código Civil tenha sido promulgado no dia 10 de janeiro de 2002, foi publicado um dia após, a saber, 11 de janeiro de 2002. O segundo problema – sabermos qual o critério a ser adotado para contagem – é bastante discutível, pois alguns autores têm adotado o critério dia¹ e outros adotam o critério ano².

Os que adotam o critério dia consideram o período de 360 dias, iniciando a contagem em 11/01/02, culminando no dia 10/01/03. Essa contagem é trabalhosa, pois somos obrigados a somar 21 dias do mês de janeiro (incluindo o dia 11/01/02); mais 28 dias do mês de fevereiro; mais 31 dias do mês de março, maio, julho, agosto, outubro e dezembro; mais 30 dias de abril, junho, setembro e novembro, culminando em 355 dias. Após essa difícil contagem, basta computarmos o dia subsequente à consumação integral para chegarmos ao dia 11/01/02. Caso o legislador tivesse estabelecido *vacatio legis* de dois ou mais anos, a contagem seria complexa e insegura.

É por demais óbvio que a contagem não pode ser feita sobre o paradigma dia, tendo em vista não só o problema prático já anunciado, mas também a incidência da regra hermenêutica ensinada por Phortalis, segundo a qual “toda lei é auto-interpretável”, razão pela qual se o próprio legislador adotou o critério ano, conclui-se que a contagem não pode ser feita dia a dia ou mês a mês. Se a contagem adotada pelo legislador fosse a baseada no critério dia, teríamos: “este Código entrará em vigor 365 dias após a sua publicação”, coisa que não o fez.

A contagem anual tem por base a Lei 810/49, que define o ano civil e determina no art. 1º: “considera-se ano o período de 12 (doze) meses contados do dia do início ao dia e mês correspondentes do ano seguinte”.

Como o texto do novo Código Civil foi publicado no dia 11/01/02, adotando-se esta última regra, chegamos facilmente a 11/01/03. Por ter a lei complementar supratranscrita determinado que a entrada em vigor ocorre “no dia subsequente à sua consumação integral”, é fácil constatar que o novo Código Civil entrou

em vigor à meia-noite e um segundo do dia 12 de janeiro de 2003.

Essas são, portanto, breves considerações para concluirmos que o novo Estatuto Civil passou a ter eficácia e efetividade nos primeiros momentos do dia 12 de janeiro de 2003, domingo, ressalvados todos os direitos adquiridos e atos jurídicos perfeitos, sob a égide do Código Civil de 1916.

Notas:

¹ PAIVA, J. A. Almeida. *Código Civil: dia em que novas leis entram em vigor gera discussão*. Revista Consultor Jurídico, São Paulo, 17/10/02. Disponível em: <www.conjur.uol.com.br>.

² NERY JR., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Novo Código Civil e legislação extravagante anotados*. São Paulo: RT, 2002. p. 658.

Acórdãos Inteiros Teores

Corte Especial

Agravo Regimental na Petição

2003.01.00.014136-3/GO

Relator: O Exmo. Sr. Des. Federal Catão Alves

Agravante: Ministério Público Federal

Procurador: Dr. Carlos Eduardo de Oliveira Vasconcelos

Agravado: Fundação Universidade de Goiás – FUEG

Procuradores: Drs. Nelson Lopes de Figueiredo e outros

Publicação: DJ 2 de 27/01/04

Ementa

Agravo regimental. Suspensão de segurança deferida para obstar execução de antecipações de tutela deferidas em ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público do Estado de Goiás. Proibição de cobrança de mensalidades de alunos integrantes de cursos superiores sequenciais cassada. Tempestividade do agravo regimental. Legitimidade do Ministério Público Federal.